



Com o intuito de desempenhar as suas atribuições a contento, a Administração Pública vem ao longo dos anos buscando novas formas e meios de atuação, estando os convênios administrativos inseridos nesse contexto.

Infelizmente, apesar de fartamente adotados por toda a Administração Pública brasileira e de sua real importância, os convênios, não raro, são implementados de forma totalmente equivocada.

Em face de inúmeros problemas nessa seara, notadamente no que se refere aos convênios de natureza financeira, o governo federal editou a Portaria Interministerial nº 507/2011, que, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.170/2007, objetiva dar um rumo diferenciado ao tema.

Nesse passo, o Prof. Sidney Bittencourt aprecia as características técnico-jurídicas de toda a matéria normativa que envolve a questão, oferecendo aos interessados — agentes públicos e representantes de empresas — uma ferramenta indispensável para a correta formalização desses intrincados ajustes.

SIDNEY BITTENCOURT

MANUAL DE CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS

(Também Enfocando os Contratos de Repasse e os Termos de Parceria)

Com destaque para o Decreto nº 6.170/ 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; para a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, que estabelece normas para execução do disposto no referido decreto; e para o Decreto nº 3.100/1999, que institui e disciplina o Termo de Parceria a ser celebrado com as OSCIPs.

3ª edição revista, atualizada e ampliada

Prefácio

Antonio Manoel Vasques Gomes

Área específica:

Direito Administrativo, Direito Financeiro, Acordos Administrativos, Parcerias e Licitações Públicas

Áreas afins:

Direito Orçamentário, Direito Constitucional, Administração Pública, Contabilidade Pública, Auditoria Pública, Finanças Públicas e Intendência.

Público-alvo/consumidores:

Administradores Públicos da Administração Direta e Indireta, Intendentes, Contadores, Auditores, Fiscais, Ordenadores de Despesas, Advogados Públicos, Advogados que prestam serviços para entes públicos, financistas, agentes públicos que lidam com orçamento e finanças, universitários etc.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 1000275

B624m Bittencourt, Sidney

Manual de convênios administrativos: também enfocando os contratos de repasse e os termos de parceria: com destaque para o Decreto nº 6.170/2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; para a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, que estabelece normas para execução do disposto no referido decreto; e para o Decreto nº 3.100/1999, que institui e disciplina o Termo de Parceria a ser celebrado com as OSCIPs / Sidney Bittencourt ; prefácio de Antonio Manoel Vasques Gomes. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte : Fórum , 2012.

263 p.
ISBN 978-85-7700-577-2

1. Direito administrativo. 2. Direito financeiro. 3. Direito orçamentário. 4. Direito constitucional. I. Gomes, Antonio Manoel Vasques. II. Título.

CDD: 342
CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BITTENCOURT, Sidney. *Manual de convênios administrativos: também enfocando os contratos de repasse e os termos de parceria: com destaque para o Decreto nº 6.170/2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; para a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, que estabelece normas para execução do disposto no referido decreto; e para o Decreto nº 3.100/1999, que institui e disciplina o Termo de Parceria a ser celebrado com as OSCIPs.* 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 263 p. ISBN 978-85-7700-577-2.

SIDNEY BITTENCOURT

Mestre em Direito pela UGF, consultor, parecerista e conferencista consagrado, professor de Direito Administrativo e Econômico, autor de inúmeras obras jurídicas, além de articulista, com artigos, ensaios, pareceres e estudos publicados nos principais veículos de divulgação jurídica.

Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Atos Administrativos da Diretoria de Administração da Marinha, órgão normatizador da matéria na Marinha do Brasil.

Faz parte do Conselho Editorial da *Revista IOB de Direito Administrativo*. É colaborador efetivo dos seguintes periódicos jurídicos: *Fórum de Contratação e Gestão Pública (FCGP)*; *Boletim Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública (DCAP)*; *Informativo de Licitações e Contratos (ILC)*; *Revista de Compras Públicas (Capacitar)*; *Revista Diálogo Jurídico*; *Revista Governet – Revista do Administrador Público*; *Revista O Pregoeiro*; *Revista Negócios Jurídicos*; *Boletim de Licitações e Contratos (BLC)*; *Revista IOB de Direito Administrativo*; *Boletim Jurídico Adcoas*; *Revista Lex de Direito*; entre outros.

No magistério, destaca-se na importante tarefa de apresentação de seminários e cursos de aperfeiçoamento e especialização em diversas instituições de ensino, tais como Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ); Universidade Gama Filho (UGF); Universidade Candido Mendes – UCAM (CCCM); Instituto Superior de Aperfeiçoamento Profissional (IESAP); Faculdade Béthencourt da Silva (FABES); Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional (COAD); Lex Cursos Jurídicos; Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CEAP); Materko Seminários; FUMTEX Treinamentos; Centro de Instrução Almirante Newton Braga de Faria (CIANB), dentre outras, além de inúmeros cursos *in company*.

Autor de mais de uma centena de artigos e com o maior número de livros editados sobre licitações e contratos do mercado jurídico brasileiro, o que motivou o Professor Ivan Barbosa Rigolin a asseverar que “é o mais prolífico e profícuo autor de obras sobre assuntos que envolvem licitações e contratos”.

É considerado um dos maiores especialistas em licitações e contratos do País.

<www.sidneybittencourt.com.br>

Uma abordagem peculiar da matéria

Brinda-nos o Prof. Sidney Bittencourt com esta nova edição do *Manual de Convênios Administrativos*, na qual aborda, com a propriedade que lhe é peculiar, todas as nuances desse intrincado mundo dos convênios.

Trata-se de matéria de suma importância, que, inclusive, tem preocupado bastante o governo federal, a ponto de ter criado um sistema para controle efetivo dos repasses que ocorrem em função desse mecanismo: o SICONV.

Certamente, a presente obra facilitará sobremaneira o enfrentamento dessa questão por todos que estejam com ela envolvidos.

Marco Antônio Meirelles

Consultor em Políticas Sociais.

Fonte obrigatória de consulta

Esta edição deste *Manual de Convênios Administrativos* se revela um instrumento importantíssimo para todos que militam na área, não só por conter a marca indelével do Prof. Sidney Bittencourt, um dos mais notórios pensadores de nosso Direito Administrativo, como por nascer atualizadíssima, já considerando as novas regras estabelecidas sobre o tema (Decreto Federal nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011), tratando, conseqüentemente, além dos convênios, também dos contratos de repasses e dos termos de parcerias, duas novidades no âmbito jurídico-administrativo nacional.

Sem a menor dúvida, o presente livro tem vestes de fonte obrigatória de consulta, tornando bem mais tranquilo o dia a dia dos que necessitam constante ou esporadicamente “navegar” no assunto.

Silva Mello

Procurador Autárquico (aposentado).

SUMÁRIO DO LIVRO:

NOTA DA 3ª EDIÇÃO

PREFÁCIO

Antonio Manoel Vasques Gomes

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO 2

CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO 3

CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS DE NATUREZA FINANCEIRA

CAPÍTULO 4

AS DEMARCAÇÕES DOS CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS ESTABELECIDAS PELO ART. 116 DA LEI Nº 8.666/93

CAPÍTULO 5

AS DEMARCAÇÕES DOS CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS DE NATUREZA FINANCEIRA ESTABELECIDAS PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL MPOG/MF/CGU Nº 507/11

CAPÍTULO 6

TERMOS DE PARCERIAS

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Excertos

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993: Excertos

Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007

Portaria Interministerial Mpog/Mf/Cgu nº 507, de 24 de novembro de 2011

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000: Excertos

Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011

Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999

Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999

Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986: Excertos

REFERÊNCIAS

ÍNDICE DE ASSUNTO

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO